ATA 189

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, por videoconferência e hibrido na Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se, com o Secretário de Conselho Alexandre Belino, a Intérprete de Libras cedida pela Empresa Interprêta, Jéssica Francine Cardoso, a convidada Dra Luciana Xavier Sans de Carvalho do Ministério do Trabalho. Com a participação dos conselheiros titulares e suplentes: Fabiani Cabral Lima (SAS), Beatriz Andrade (SAS), Sabrina Mores (SAS), Sandro Martins de Souza (SAS), Francine Mylena dos Santos (SAS), Jane Cristina Sombrio Gesser (SEA), Jean Abílio Silva (SSP), André Luiz Justo (SIE), Sabrina Vieira da Luz (SES), Sandra Lúcia Amorim (Asgf), Kelly Cristina de Aguiar (Asgf), Giselle Cristina de Lima Pagani (Apar), Franciane Renata Panassolo Lodi (FEAPAEs), Catia Cristiane Purnhagen Franzoi (Feamas), Anselmo Alves (Apar), Janice Aparecida Steidel Krasniak (AAD), Jairton Fabeni Domingos (Comped Navegantes), Jussara Capeli Stanga (Comde Pinhalzinho). Ausências Justificadas: Juliana Paula Buratto dos Santos Pereira (FCEE), Paulo Sérgio Suldóvski (Ajidevi). 1- Abertura / apresentação dos presentes e levantamento do quórum regimental. O Vice Presidente Jairton Fabeni dá boas vindas a todos desejando uma boa reunião e justifica a ausência do Presidente Paulo, que hoje não poderá estar conosco. 2- Leitura e aprovação da pauta. O Vice Presidente Jairton Fabeni solicita que o Secretário Alexandre faça a leitura da pauta, o mesmo pediu para incluir os ofícios recebidos para leitura e encaminhamento para os Conselheiros por e-mail e o Vice Presidente Jairton Fabeni solicita incluir na pauta, o caso da Sonia Maria de Jesus, pessoa com Deficiência que foi colocada em trabalho análogo a escravidão, trazido pela Dra Luciana Sans do Ministério do Trabalho, na qual foi aprovada. 3- Aprovação das justificativas dos Conselheiros ausentes. O Secretário Alexandre fala que serão inseridas na ata todas as justificativas de ausência de Conselheiros, na qual foi aprovada. 4- Aprovação da Ata 188. O Vice Presidente Jairton Fabeni pergunta se todos receberam a Ata da reunião passada e a Ata foi aprovada por unanimidade. 5- Devolutiva sobre o evento: Abril Marrom – "mês de prevenção e combate às diversas espécies de cegueira". A Conselheira Janice participou deste evento na Câmara de Vereadores de Florianópolis, representando o Conede, várias Entidades participaram como a Fundação Catarinense de Educação Especial, a ACIC, e eu relatei o trabalho que é desenvolvido pelo Conede, falei sobre o plano viver sem limites, que na época eu tive oportunidade de participar na primeira edição, na área da deficiência visual, e falei sobre o projeto de lei que nós entramos na ALESC, que institui o abril marrom que é dedicado ações e conscientizações sobre a importância da prevenção e combate a diversas causas de cegueira e altera o parágrafo único da lei 18.531/2022 que consolida a legislação, as leis que instituem as datas e eventos alusivos no Estado de Santa Catarina. Foi formado um grupo de trabalho, depois desta audiência que tem como objetivo encaminhar para a Secretaria de Estado da Saúde e Ministério Público uma solicitação para reabertura do agendamento do serviço de reabilitação visual da Fundação Catarinense de Educação Especial. Foi um evento bem produtivo na área da deficiência visual. Eu deixaria aqui como sugestão que cada solicitação que viesse para o Conede, fosse analisado o cunho, a representatividade do Conede, pois o trabalho é amplo, que fosse sempre bem analisado enquanto conselheiros pela demanda, porque vários municípios tem o conselho da Pessoa com Deficiência, o conselho municipal também se faça presente para fortalecer esse conselho municipal. A Conselheira Sabrina relata que para atualizar o assunto, a saúde visual vai retornar os atendimentos na FCEE, houve a admissão da médica oftalmologista e ela vai iniciar os atendimentos. A Conselheira Janice relata que esse assunto de nível estadual, já estava

sendo dados os encaminhamentos e se discute em âmbito municipal, que a gente pudesse polir um pouco mais o nosso trabalho como Conselheiro. 6- Caso Sônia Maria de Jesus: O Vice Presidente Jairton Fabeni, concede a palavra para Dra Luciana Carvalho, Auditora Fiscal do Trabalho, e atualmente Coordenadora Estadual dos projetos de combate ao trabalho infantil aprendizagem profissional e inclusão de pessoas com deficiência e pessoas reabilitadas do INSS no mundo do trabalho em Santa Catarina. Luciana fala que também teve a oportunidade de participar por um ano, como Conselheira Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o CONADE, representando o Ministério do Trabalho. Eu fui convidada pelo Presidente Paulo do Conede para falar da situação da Sônia Maria de Jesus não sei se todos aqui estão interados do caso dela, uma mulher surda, negra de 49 anos que foi resgatada do trabalho análogo ao de escravo na casa de um desembargador do tribunal de justiça aqui de Santa Catarina. Eu faço parte da auditoria fiscal do trabalho que em todas as ações de combate ao trabalho análogo ao de escravo, faz a coordenação das ações essa ação especifica teve a coordenação da auditoria fiscal do trabalho com a participação do Ministério Público do Trabalho, da Defensoria Pública da União, parceria também com o Ministério Público Federal, isso aconteceu aqui em Santa Catarina o resgate no dia 06 de junho desse ano, as fiscalizações e investigações começaram com mais ou menos uns dez meses antes da ação ser deflagrada, porque continha uma denúncia relatando essa situação bastante grave de uma mulher surda que trabalhava no serviço doméstico na casa desse desembargador, até o final do ano o Ministério Público do Trabalho que é o Órgão parceiro, eles conseguiram confirmação de mais três testemunhas que contundentes de épocas diferentes que trabalharam na casa do desembargador e de sua esposa, e confirmando que realmente a situação vivida pela Sônia Maria de Jesus, seria uma situação de trabalho análogo de escravo, sem direitos trabalhistas e nessa casa fazendo trabalhos domésticos. Foram colhidos outros depoimentos, senão me engano até hoje são onze depoimentos escolhidos e ação foi realizada e eu não participei da organização ou da execução, mas logo após o resgate, eu fui chamada colaborar com a equipe em razão de trabalhar com a coordenação do projeto que envolve a rede de proteção das pessoas com deficiência. E aqui quero prestar minhas homenagens a Sandra Lúcia Amorim, da Associação de Surdos da Grande Florianópolis que foi com quem a gente contou, a Fundação Catarinense de Educação Especial, também deu apoio no primeiro momento, mas como a Sônia é Surda a gente entendeu que seria de muita riqueza a Sandra em representando a Associação de Surdos estivesse conosco nesse momento de acolhida da Sônia. Então o que eu vim falar para todos, as minhas percepções após a situação de resgate , esse é meu papel aqui e a minha preocupação com a Sônia que eu entendo que tem que ser a preocupação deste Conselho Estadual, no sentido de que ela tenha os seus direitos a educação durante toda a vida como diz a convenção os direitos da educação comunitária a convivência comunitária, a saúde, etc. Quando a Sônia foi resgatada, ela ficou nessa casa mais ou menos quarenta anos, ela morava em São Paulo, foi vitima de uma violência domestica pelo que está nas matérias e também nos altos do processo de habeas corpus que eu tive acesso. A Sônia foi vitima de uma violência por parte do pai em São Paulo e a mãe da Sônia para que ela é para poupar a filha dessa violência, acabou entregando a filha para uma família que trouxe a Sônia para Santa Catarina, a ideia da família biológica de Sônia era realmente protegê-la e que no futuro essa mãe pudesse então cessar a violência e estar novamente com seus irmãos, a questão é que essa violência cessou e a família perdeu completamente o contato com a família biológica com a família que trouxe a Sônia para Santa Catarina. Ao todo são seis irmãos, eles tem o desejo de conhecê-la, a mãe dela morreu em 2016, sem saber se Sônia

estava viva ou não. Os irmãos mesmo tendo uma vida humilde, tiveram o direito de estudar, e foi para eles muito chocante descobri que a Irmã estava com uma família rica e era analfabeta em libras e em português. A Auditoria Fiscal do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União, não tem nenhuma dúvida que Sônia estava mesmo em situação análoga de escravo, uma mulher analfabeta em libras e em português, agora ela está sendo atendida pela Associação de Surdos da Grande Florianópolis. Antes quando ela estava numa casa de acolhimento, mas também após ela ter retornado a casa do Desembargador, ela tem aprendido muito rápido. Ela é uma pessoa alegre, mas que teve ao longo de toda essa vida com essa família aqui em Santa Catarina, o seu direito base com a educação negada e a convivência comunitária importante, ainda dizer que Sônia chegou a essa família catarinense e era menor de 18 anos quando a gente já tinha a constituição federal, a gente já tinha o estatuto da criança e adolescente, que dizem que é dever da família a convivência comunitária e prover educação. A Sônia só foi ter um documento de identidade depois dos 40 anos, o Desembargador disse que ela é como um membro da família, os outros membros da família dele tiveram direito a educação, se formaram com pós-graduação, fizeram viagens ao exterior, e nada disso foi concedido a Sônia, também está nas matérias jornalísticas. Uma foto do Desembargador do dia dos pais, que ele recebe das empregadas da residência, um cartão de dia dos pais assinado por suas funcionárias e ali está o nome de Sônia. Na ultima semana o Desembargador com o pedido no Supremo Tribunal de Justiça, para fazer uma visitação a Sônia na casa de acolhimento e a Defensoria Pública da União entraram com habeas corpus que é um pedido judicial para não permitir essa visita, porque entendia que ela tinha sido vitima dessa violência que é o trabalho escravo doméstico, a visita ocorreu e a Sônia foi levada de volta a casa do Desembargador porque teria manifestado a vontade de retornar a casa do Desembargador. A minha grande discordância e de todas as pessoas com as quais eu tenho conversado que atuam em relação às pessoas com deficiência é que a convenção internacional dos direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, ela garante que a pessoa manifeste sua vontade de forma livre e informada, então a Sônia ainda tem muita dificuldade de comunicação e a Sônia não sabe que tem uma família biológica que quer estar com ela, a Sônia não sabe que a família que a acolheu aqui em Santa Catarina do Desembargador, tinha como dever dar educação e não deu, tinha o dever de dar a ela a convivência comunitária. A nossa preocupação é mais no sentido de que Sônia tenha sim, os direitos garantidos independentemente de desconsiderada uma situação de trabalho. Gostaria de saber se a Conselheira Sandra quer se manifestar ou mais algum conselheiro fica a disposição. A Conselheira Sandra relata que primeiramente quero agradecer a toda explanação que foi feita, a explicação da situação que aconteceu, eu acompanhei e eu acredito que a comunidade surda tem que estar junto, com o caso que aconteceu, o acompanhamento e a orientação. A Doutora Luciana já explicou o que foi feito e eu pedi para darem a opinião e complementar também. A Dra Luciana relata que o próximo passo jurídico é que o Supremo Tribunal Federal analise o mérito desse pedido de habeas corpus. Vale ressaltar que várias instituições de Pessoa com Deficiência estão se manifestando, o Conselho Nacional – Conade vai se manifestar amanha na reunião ordinária. Como este ocorrido foi em Santa Catarina, seria urgente o CONEDE se manifestar, pois se trata de uma pessoa com deficiência que teve seus direitos violados. Seria importante do CONEDE independente do desfecho jurídico desta causa, faça uma manifestação desses direitos. A Conselheira Sandra relata que quando foi chamada para fazer essa representação, a realização dela não estar inserida na sociedade, não ter aprendido nenhuma das línguas, nem o português e nem libras, então não tem influencia

nenhuma das línguas. Ela foi desprezada, ela sofreu muitos preconceitos, a lei garante o acesso a educação, precisamos atuar, assegurar na lei os direitos dela. Quando a gente encontrou a comunidade surda, os olhos de Sônia brilharam, ela encontrou a possibilidade de se comunicar, que eu sou surda de construir essa identidade, eu posso aprender libras. Se aproximar das pessoas surdas, os três minutos que fiquei com ela inicialmente, ela não respondeu nada em libras, poucas coisas ela conseguia se expressar, mas a Sônia tem a possibilidade de iniciar esse aprendizado da língua e construir a identidade surda. Esse processo agora ela está ainda muito tímida, se expressando muito cautelosa, algumas socializações e interações ela está começando a fazer. Agora ela está aprendendo libras, estou muito feliz que ela está nesse processo. A gente precisa garantir esse direito a Sônia, esse direito linguístico, e precisa ser acompanhada. A Conselheira Sabrina questiona se tem algum suporte psicológico para a Sônia e também se foi feito uma analise para saber se ela é uma pessoa capaz ou não de entendimento dos seus atos. Dra Luciana fala que acredita que a analise com a Sônia foram muito restritas, o fato da idade dela e por ela não ter uma deficiência intelectual. Na relação domestica é muito comum existir o afeto, eu também não duvido que haja um afeto de ambas as partes, mas isso não apaga as múltiplas violações que ela sofreu e direitos constitucionais e que ela não tem noção ainda que ela tenha esses direitos. A Conselheira Janice elogia a Dra Luciana pelo trabalho neste caso, acompanhei pelas redes sociais e quando eu coloco no Conede, temos que ter pautas representativas, em relação a isso que esta acontecendo muita coisa na sociedade, nós enquanto Conede temos que estar mais envolvidos, nestas pautas mais representativas, porque os direitos das pessoas com deficiência estão sendo violados, quantos de nós aqui somos pai, somos filhos, e nós jamais iríamos querer que os nossos filhos passassem por isso, nós estudamos, brigamos por leis, e leis estão sendo aqui violadas, e nós somos conselheiros eleitos por uma comunidade e nós não podemos deixar passar em branco, nós temos que tomar um posicionamento, nós não podemos simplesmente cruzar os braços, nós representamos a comunidade catarinense, aqui então os meus questionamentos é quantos sonhos vão ter que ficar longe de suas famílias, para que nós conselheiros estaduais possamos tomar um posicionamento. O Vice Presidente Jairton Fabeni relata que depois de ouvir os depoimentos, diz que sendo uma pessoa com deficiência, eu tenho acompanhado essa situação dessa pessoa com deficiência auditiva, concordo com a Dra Luciana, com todos os direitos, o Conede precisa se manifestar contrario esse retorno, que ela tenha o respaldo do Estado para que ela tenha o discernimento de tocar a vida dela para frente. O Vice Presidente Jairton Fabeni, consulta os conselheiros se são favoráveis a uma manifestação do Conede para o STF e ao Conade sobre os direitos da Sônia, para que sejam garantidos. Foi aprovado por unanimidade. A Dra Luciana também sugere uma carta aberta para que o CONEDE faça sobre esse caso. Foi aprovado. 7- Devolutiva da Comissão do Programa Prevenir – Feapaes: O Vice Presidente Jairton Fabeni relata que este item ficará para próxima reunião ordinária, pois a Conselheira da FCEE que nos representou neste evento, não pode comparecer nossa reunião de hoje. 8- Leitura do oficio de resposta do CESUSC – referente a denúncia contra aluno PCD O Vice Presidente Jairton Fabeni solicita ao Secretário Alexandre faça a leitura ao ofício, na qual faz a leitura e será encaminhado no e-mail dos Conselheiros. 9- Encerramento: O Vice Presidente Jairton Fabeni agradece a participação de todos, e a Intérprete de Libras, que voluntariamente interpretou por uma hora a nossa reunião, e por falta de intérpretes de libras, estamos encerrando a reunião ordinária. E assim sendo dando por encerrada a reunião, na qual foi lavrada a ata pelo Secretário de Conselho, Alexandre Belino, documento que será enviado aos Conselheiros por e-mail para ser

aprovado na próxima reunião e publicado no site da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família: https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2023-2. Nossa reunião e o Evento foram gravados e transmitidos ao vivo no canal do youtbe do Conede: https://www.youtube.com/@conedesc. Florianópolis, 14 de setembro de 2023.